



A GEOMORFOLOGIA E A HIDRONÍMIA ECOLINGUÍSTICA EM MOÇAMBIQUE: A LÍNGUA E O MEIO AMBIENTE EM DEBATE

Alexandre António Timbane (UNILAB, Câmpus dos Malês, São Francisco do Conde, BA)

Abstract: Portuguese is the official language of Mozambique according to the 2004 Constitution, although it is not the mother tongue of most Mozambicans, especially in rural and suburban areas. Mozambicans are Bantu speakers speaking more than 20 languages. These languages were important in assigning names to rivers, hills and other elements of Mozambique's geomorphology. Hydronymy is dedicated to the study of water courses, lakes, seas and the like (Couto, 2007) and geomorphology is dedicated to the study of the forms of the Earth's surface. The present research studies the names of these elements of geomorphology and their relationship with the local culture and languages. It is a bibliographical and documentary research, from which it is concluded that the names of mountains and rivers in Mozambique establish an intrinsic relationship with the languages and the people seeking an identity. It is concluded that linguistic ecology is fundamental for the environmental balance of the people of Mozambique.

Keywords: Ecolinguistics; Toponymy; Geomorphology; Environment.

Resumo: O português é a língua oficial de Moçambique, segundo a Constituição de 2004, embora não seja a língua materna da maioria dos moçambicanos, especialmente nas zonas rurais e suburbanas. Os moçambicanos são bantófonos, falando mais de 20 línguas. Essas línguas foram importantes na atribuição de nomes de rios, montes e outros elementos da geomorfologia de Moçambique. A hidronímia se dedica ao estudo dos cursos da água, lagos, mares e semelhantes (Couto, 2007) e a geomorfologia se dedica ao estudo das formas da superfície terrestre. A presente pesquisa estuda os nomes desses elementos da geomorfologia e sua relação com a cultura e línguas locais. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, da qual se conclui que os nomes de montes e rios de Moçambique estabelecem uma intrínseca relação com as línguas e do povo buscando uma identidade. Conclui-se que a ecologia linguística é fundamental para equilíbrio ambiental do povo de Moçambique.

Palavras-chave: Ecolinguística; Toponímia; Geomorfologia; Meio ambiente.

Introdução

Moçambique é um país multilíngue, multicultural, cheio de crenças e tradições que guiam as regras de ser e de estar em sociedade. A diversidade linguística nunca constituiu um problema para os povos locais; ela é apreciada como elemento importante para a identidade étnica. Pela língua é possível identificarmos de onde a pessoa vem, qual é a sua etnia e em alguns casos é possível identificar o sobrenome (nome de família), saber de qual região provém, qual é sua árvore genealógica assim como a história do povo a que pertence. Quando Couto (2021) fala de “linguagem rural” de uma dada região ou município se refere a esta soma de elementos linguísticos, culturais e ambientais que ficam amalgamados, articulando-se mutuamente e marcando uma identidade própria que, em muitos momentos, se manifesta nessa “linguagem rural”. Isso pode ocorrer em nível de língua, em nível da variedade em questão ou do dialeto. Tudo isso faz parte do ‘mapa mental’ que é discutido com pormenor em Couto (2017).

Quando se faz uma análise linguística não se pode descartar as condições enunciativas e crenças socioculturais que fazem com que a língua tenha características peculiares. O ser humano (o falante) não está isolado do mundo e o meio ambiente de que faz parte. O indivíduo está inserido nas práticas sociais e na visão de mundo de sua comunidade. Na presente pesquisa não descartamos os fenômenos socioculturais e ambientais que envolvem o entendimento da língua, pois as línguas “naturais” são assim chamadas devido às relações que estabelecem com o meio social, meio cultural e meio ambiente com que os falantes estão envolvidos. Para ilustrar, os valores semânticos de uma unidade lexical estão intimamente ligados às crenças socioculturais. É por meio das crenças socioculturais, dos mitos e das tradições que se atribui significados e valores ideológicos a uma unidade lexical.

Moçambique é um país africano predominantemente constituído por povos do grupo bantu, sendo que parte da população localiza-se nas zonas rurais. O Recenseamento Geral da População realizado em 2017 apontou que do total de 26.899.105 de habitantes recenseados, 66.6% vive nas zonas rurais (INE, 2017). As cidades são ocupadas por cerca de 33,4% da população apenas. É nas zonas rurais que se preservam as línguas bantu, apesar do português ser ensinado nas escolas como segunda língua. Por exemplo, o aluno fala português na escola com os colegas e com o professor, mas quando chega na rua e em casa fala uma das línguas bantu, que é a língua materna e de identidade. É esta língua materna de origem africana que influencia a língua portuguesa fazendo com que a variedade seja mais específica. Normalmente os alunos permanecem na escola de 4 a 4h30min por dia. Isso significa que a maior parte do tempo, esta criança fala a língua autóctone. Este dado é a prova da resistência das línguas bantu diante de uma política linguística colonial e dos governos pós-independentistas que insistem na desvalorização das línguas autóctones.

A língua sempre acompanhou a existência humana e é por meio dela que o homem consegue estabelecer relações mais profícuas e duradouras com o mundo, dominando e estabelecendo superioridade com relação aos restantes seres do mundo. A seleção natural (na perspectiva do darwinismo) só está a favor do ser humano porque o homem possui uma inteligência superior em relação aos outros seres vivos, especialmente com o advento da língua. A língua é uma das tecnologias mais sofisticadas do ser humano porque, embora sequer exista um órgão humano criado para tal efeito. Mas o ser humano adaptou os sistemas respiratório e digestivo para produzir os sons da fala que é a materialização da língua. A fala, a escrita e o sinal são apenas modalidades da materialização da língua que está registrada no cérebro, a ponto de Ferdinand de Saussure caracterizar a língua como elemento abstrato.

Os estudos sobre as relações entre a língua e o meio ambiente ainda não são consolidados na lusofonia. No Brasil, a obra de Nenoki do Couto et al. (2017) celebrou os 10 anos da linguística

ecossistêmica, o que mostra que os desafios são enormes. Já nos países africanos de língua portuguesa, a situação é mais complexa, pois os estudos desta temática são escassos. Esta pesquisa visa contribuir para que a ecolinguística ganhe o seu espaço nos PALOP e em especial em Moçambique, nosso território de pesquisa.

Sabendo que em Moçambique, os nomes de acidentes geográficos (relevo), rios, lagos e plantas carregam influências das línguas africanas, se questiona de que modo esse processo se realiza nas relações entre o meio ambiente e as línguas locais. A pesquisa visa estudar as relações linguísticas entre os nomes de fenômenos ambientais e as línguas bantu que ocupam o espaço geopolítico de Moçambique. Trata-se de um estudo inicial de caráter bibliográfico e documental que visa discutir os processos da nomeação na geomorfologia e na hidronímia ecolinguística em Moçambique. A pesquisa debate os conceitos da linguística ecossistêmica, define o conceito de comunidade de fala e explica a relevância das línguas locais na nomeação.

A pesquisa é relevante por aplicar a linguística ecossistêmica à realidade das línguas do grupo bantu do Sul da África, espaço onde ainda estudos deste tipo são raros. A pesquisa é relevante também porque as culturas africanas ainda são pouco conhecidas além-fronteiras, mas elas têm um papel importante na afirmação linguística de uma comunidade de fala.

O artigo inicia discutindo os aspectos socioecolinguísticos dos contextos de Moçambique buscando descrever o mosaico sociolinguístico e as políticas linguísticas. Em seguida, o artigo analisa o conceito de comunidade de fala na perspectiva de Couto (2007, 2021) analisando a relevância da comunidade nas relações com os meios ambientes. A questão da relação do nome com o meio ambiente será debatida, trazendo alguns exemplos que ilustram a geomorfologia e a hidronímia em contexto moçambicano. Apresentar-se-á a estreita relação entre as línguas e os diversos meio ambientes que agem de forma harmônica para a estabilidade das comunidades de fala. Com mais de vinte línguas bantu, temos que falar de ‘comunidades de fala’ que formam um mosaico socioecolinguístico mais amplo.

1. Aspectos socioecolinguísticos dos contextos de Moçambique

A “África é o berço da humanidade”. Cremos que não há sombra de dúvidas com relação a esta afirmação. Deste o surgimento da humanidade, os africanos estavam organizados, agrupados em impérios, reinos e etnias usando um ou vários idiomas que se relacionam com as práticas culturais. Quem dividiu África em “países” (quem criou a noção “país”) foram europeus na Conferência de Berlim (1884/1885); e não consultaram os africanos. O ecossistema linguístico na África não incluía o conceito “país” porque ele é artificial; por isso muitas línguas faladas em Moçambique também são faladas nos países vizinhos. A partilha de África não respeitou as línguas, não teve em conta os grupos étnicos nem as culturas e, por isso mesmo, os povos bantu ficaram divididos por limites geopolíticos artificiais.

Os que passaram a ser chamados de “moçambicanos” na conferência de Berlim são bantófonos e falam cinyanja, cisenga, cinyungwé, cisena, ciwutee, cimanyika, cindau, cibarwe, kiswahili, kimwani, shimakonde, ciyao, emakhuwa, ekoti, elomwé, echuwabo, citshwa, gitonga, cicopi, xirhonga, xiChangana, ciswati, xizulu e a língua de sinais. (TIMBANE, 2013). São línguas de tradição oral. A escrita padronizada de 17 línguas só foi realizada e publicada recentemente, numa obra de Ngunga e Faquir (2011).

Ora, estas línguas foram menosprezadas pelo sistema colonial, (i) primeiro porque os colonos portugueses não as consideravam línguas, mas sim “dialetos” (ii) segundo porque eram tidas línguas sem estrutura, sem civilização e sem gramática e (iii) terceiro porque havia uma política segundo a qual o uso delas fosse proibido em contextos formais de comunicação. O Decreto-Lei nº 39.666, de 20 de maio de 1954 falava do “Estatuto dos Indígenas Portugueses das

ECO-REBEL

Províncias da Guiné, Angola e Moçambique” e em seu Art. 56º deixava claro o poder do português com relação às restantes línguas africanas já faladas no território “moçambicano”.

Apesar da tentativa de eliminação das línguas africanas, elas resistiram e mantiveram alguma vitalidade (LEONARD, 2017) e continuam a resistir no tempo e no espaço, especialmente nas zonas rurais onde são meios de comunicação nos ritos, nas cerimônias tradicionais, na educação informal, na religião e na educação local. Os 66,6% (INE, 2017) dos moçambicanos que moram na área rural preservam a sua ecologia linguística protegendo, expandindo e estabelecendo políticas linguísticas locais que ajudam na preservação. Para Leonard (2017, p. 273) “a vitalidade depende tanto das condições de materialidade das línguas (por exemplo, adequação às exigências técnicas de uma sociedade), quanto ao grau de elaboração do seu corpus, segundo as condições de imposição diglósica, ou ao contrário, do bilinguismo equilibrado.”

O português é a língua oficial e de ensino, o que lhe garante maior prestígio social, especialmente desde 1975, ano em que o país se tornou independente. O que se observa é que os falantes de português aumentam, diminuindo assim o número dos falantes das línguas bantu, tal como o quadro 1 ilustra. O quadro mostra os quatro recenseamentos populacionais realizados em Moçambique no período pós-independência.

Quadro 1: Percentual da ecologia das línguas em Moçambique

Estatuto da língua	% falantes em 1980	% falantes em 1997	% falantes em 2007	% falantes em 2017
Português como L2	24,4	39	50,3	60,3
Português como L1	1,2	6,5	10,7	16,5
Línguas bantu como L1	98,8	93,5	89,3	81,2

Fonte: Timbane e Andrade (2019)

Os dados apresentados mostram o desequilíbrio ecológico das línguas faladas em Moçambique. É um desequilíbrio provocado (artificial e propositalmente) pela política linguística ao oficializar apenas o português como a única língua prestigiada. A ameaça de quebra permanente do equilíbrio ecolinguístico existente, pode pôr em causa o desenvolvimento dos estudos nessas línguas, na inserção dessas línguas na ‘ciência moderna’, na cultura e nas artes expressas nessas línguas, tendo em conta o princípio de que o sistema ecológico mais diverso é o mais forte (HAMEL, 2010). Hamel explica que a diversidade linguística não é problema, mas sim potencialidade. O número crescente de cidadãos alfabetizados (a maioria jovens) favorece a mistura e o contato de línguas, provocando em muitos casos mudanças linguísticas por meio do processo de empréstimos, tanto “necessários” quanto “de luxo” (TIMBANE, 2013, 2019).

Uma das características comuns das línguas é a capacidade de evoluir (perda ou ganho de certos traços linguísticos) ao longo do tempo, fato que não é mau, errado, feio, mas sim um destino normal de todas as línguas vivas. A título de exemplo, o português falado e escrito por mim, moçambicano, alfabetizado é bem diferente daquele que é falado por um português, alfabetizado do Porto (Portugal). São transformações ecolinguísticas que aparecem de forma discreta, quase imperceptíveis e que mais tarde se generalizam em toda a comunidade linguística formando

variedades e variantes. Com isso se pretende afirmar que as variedades são resultado da ecologia presente em cada lugar geográfico.

A Região de Major Porto, no Município de Minas (MG) não pode ter os mesmos traços ecológicos que a Região de Tsalala, Município da Matola, Província de Maputo. As plantas e os animais que existem em Tsalala até podem ser parecidos sob o ponto de vista morfológico com os da região de Major Porto, mas são diferentes na ecologia mental e no comportamento da comunidade. Em Tsalala, a ratazana (rato do mato) faz parte da cadeia alimentar, o que pode ser diferente em Major Porto. Enquanto as galinhas de Major Porto emitem o som: **tchi-tchi-tchi-tchi** (COUTO, 2021, p. 99), os de Tsalala fazem **có-có-có-có**. Enquanto em Tsalala temos **mapfilwa** (nome científico *Vangueria Infausta*), Major Porto tem **cagaita** (nome científico, *Eugenia dysenterica*). São frutos e plantas de ambientes diferentes que resistem a temperaturas diferentes, para além de sabores distintos. A visão do mundo sobre essas plantas e animais assim como do meio ambiente é interpretada dentro de cada território, atendendo o povo e a língua.

No contexto de Moçambique, as interferências do português nas línguas bantu e vice-versa são evidentes e presentes, tal como mostra o estudo de Timbane e Berlinck (2019). Os autores apontam que “os **meios ambientes** e os usos moldam as formas léxico-semânticos dos dois espaços geográficos. Fica clara a ideia de que as características gramaticais serão iguais diferenciando-se nas escolhas e usos das unidades léxico-semânticos.” (TIMBANE, BERLINCK, 2019, p. 121). Fica a ideia de que o meio ambiente desempenha um papel importante na formação lexical de uma língua. Muitas palavras estão intimamente ligadas aos contextos socioculturais e ambientais em que os falantes estão envolvidos e refletem uma visão ecológica do mundo (NENOKI do COUTO et al. 2017).

Parto do pressuposto de que não existe meio ambiente que seja único, singular, particular, é comum a todos indivíduos, no mundo todo. Há vários meios ambientes e submeios ambientes dentro de contextos mais específicos. De longe, posso perceber determinado meio ambiente, mas quem está nele, vivenciando aquele espaço (território), falando aquela variedade pode estar inserido em ambientes diferentes do pesquisador ou daquele que observa à distância. Para ilustrar este argumento, darei dois exemplos:

O primeiro exemplo ocorreu quando os colonos portugueses chegaram às colônias no século XV. Muitos deles achavam que os africanos não tinham línguas nem culturas. A visão colonialista, nesta perspectiva, não conseguia enxergar ambientes ecolinguísticos mais profundos, a existência de línguas e seus dialetos em contextos da África. Achava-se que os africanos não tinham cultura, como se a europeia fosse o único modelo de cultura. Colocavam hierarquia entre culturas, o que sob o ponto de vista social é equívocado.

O segundo exemplo, ocorre pelo fato de que a língua não é apenas para os vivos. Os mortos falam, tal como sustenta a pesquisa de Brigitte Bagnol (2008), cujo título é “Lovolo e espíritos no Sul de Moçambique”. Os “mortos” não desaparecem e comunicam-se com os “vivos” em várias culturas. Falamos com os “mortos”, comunicamos com eles e alguns curandeiros conseguem falar línguas que jamais aprenderam em suas vidas e só conseguem falar quando o tal “espírito” se manifesta. Esses ambientes/subambientes ecolinguísticos são mais profundos, mais sutis e longe dos olhos de quem não conhece aquela cultura, aquelas tradições. Seria ingenuidade afirmar que eles não existem, enquanto estão presentes nas práticas linguísticas do cotidiano dos diferentes grupos étnicos, especialmente nas zonas rurais.

A foto 1 do anexo mostra a inauguração de um monumento público, no Município da Cidade de Beira. Houve obrigatoriedade de anunciar aos “antepassados” sobre a sua construção e inauguração. Nessa foto está a Sua Excia, o Presidente do Município da Cidade da Beira bem sentado no chão apesar de ser autoridade. Não se trata de falta de cadeiras, mas sim de obediência

ECO-REBEL

aos aspectos da cultura local que não podem se sotopor ao poder público (do Estado). Na foto, quem dirige a cerimônia de invocação aos antepassados é o régulo (líder local). Qual foi a língua usada na cerimônia? Lógico que é a língua Cindau (S15), a língua autóctone dos espíritos daquele grupo étnico. O Cindau é falado nas províncias de Sofala, Manica e zona setentrional da província de Inhambane. Para além de Moçambique, o Cindau é falado na República do Zimbabwe (NGUNGA, FAQUIR, 2011, p. 159). Não importa se usa uma ou outra variedade: cimashanga, cidanda, cigova, cidondo, cibangwe, ciqwaka, cinyai ou cindau. Todas são variedades válidas, há inteligibilidade entre elas e o peso sociocultural é o mesmo, porque habitam no mesmo meio ambiente natural, mental e social.

A ecologia linguística para aquela cerimônia é exatamente aquela língua, daquele território (ecossistema linguístico = Povo + Língua + Território). O régulo, mesmo sabendo português, não pode usá-lo porque a comunicação com os antepassados não pode se estabelecer. Não haverá linha (rede/ligação) de comunicação com os mortos a não ser por meio da língua que estes antepassados conhecem. Ora, isto é uma política e um planejamento linguístico. A oração em português, naquele contexto provoca ruídos, incompreensões e, sobretudo, é imperceptível diante das entidades espirituais. O régulo (líder comunitário) tem a tarefa de informar, de dialogar com essas entidades em cindau, usando um discurso característico, cheio de “não ditos” e sutilidades.

Acabamos de mostrar exemplos de submeios ambientes que não podem ser descartados por quem analisa fenômenos pela linguística ecossistêmica. Por essa razão, a comunidade de fala é fundamental para a descrição e compreensão dos fenômenos da língua e do meio ambiente. A compreensão se liga à ideia de comunhão, de sintonia para que haja entendimento, pois “tudo que faz parte do ecossistema cultural pode ser usado para o entendimento nos atos de interação comunicativa” (COUTO, 2021, p. 53).

De acordo com Ntakirutimana e Kabano (2013, p. 117), a abordagem ecolinguística considera que as línguas são organismos vivos, que nascem, que crescem e que infelizmente são suscetíveis à morte. Os autores sustentam que a língua é precisamente um organismo vivo e justifica-se pela relação entre a ecologia e a gestão dos fatos linguísticos. Para os autores, a ecologia é geralmente definida como o estudo dos ambientes nos quais os seres vivos habitam, bem como as relações desses seres uns com os outros e com o meio ambiente. A ecolinguística deve ser concebida como o estudo das línguas levando em consideração os diversos parâmetros ambientais relacionados às comunidades linguísticas. Para Leonard (2017, p. 266)

a ecologia das línguas é um vasto paradigma que, lidando com a evolução e a "vida e morte" das línguas em seu contexto social, até mesmo ecossocial, aborda questões empíricas e teóricas tão diversas quanto políticas linguísticas, planejamento linguístico, as práticas em situação multilíngue, a crioulogogênese e as situações de criouliização ou pidginização, a sociolinguística dos contatos linguísticos, até os modos de funcionamento e efeitos dos discursos ambientalistas.

Estudos de Calvet (1999), na obra *“Pour une écologie des langues du monde”*, mostram que a formação de uma variedade revela a necessidade de adaptação de uma norma estrangeira por uma norma local, que realmente atenda as realidades sociolinguísticas. O autor dá exemplos do francês popular ou francês africano para mostrar como a vernacularização é fundamental para a integração ecológica da língua. Por outro lado, as línguas locais transmitem valores que são inexistentes na língua oficial que muitas vezes é uma língua de origem europeia. Os dialetos urbanos, os dialetos rurais, o dialeto estatal (NENOKI DO COUTO et al. 2017, p. 29) são exemplos de que uma língua é composta por várias gramáticas. A linguística ecossistêmica deve dar conta de todas estas gramáticas, procurando estudá-las em contexto real de uso porque elas representam

a ecologia linguística total. O português moçambicano, por exemplo, é um dos dialetos do português; não pode ser considerado inferior à outras variedades do português. Por isso, “é preciso desconstruir a imagem tradicional de que a realidade primeira é a língua culta, padrão, e que as demais variedades seriam variações, derivações pioradas dela” (COUTO, 2017, p. 29).

A política linguística interfere na ecologia linguística. Uma decisão da Constituição que determina o uso de uma língua é uma tentativa de degradação do ambiente natural linguístico, especialmente em territórios multilíngues. A chegada de uma língua A (português) no território de uma língua B, C, D, E... (mais de 20 línguas bantu) provoca a degradação do meio ambiente natural, há corrosão, sugam-se as energias das línguas autóctones, há tendência ao apagamento destas porque normalmente a língua A chega com o poder dominador. A ecologia linguística natural fica comprometida, tal como a situação do quadro 1 provou. A redução do número de falantes das línguas bantu é um perigo para os moçambicanos porque a língua carrega elementos do meio ambiente mental. Vejamos a força da presença da língua A que interfere no ecossistema natural moçambicano por meio da Constituição. A constituição da República de Moçambique possui 306 artigos, dos quais apenas três falam sobre as línguas:

Quadro 2: A mais recente Constituição de Moçambique fala sobre as línguas

Constituição de Moçambique (2004)
Art. 9 (Línguas nacionais) “O Estado valoriza as línguas nacionais como património cultural e educacional e promove o seu desenvolvimento e utilização crescente como línguas veiculares da nossa identidade”.
Art. 10 (língua oficial) “Na República de Moçambique a língua portuguesa é a língua oficial”.
Artigo 27 (Por naturalização) “Pode ser concedida a nacionalidade moçambicana por naturalização aos estrangeiros que, à data da apresentação reúnam cumulativamente as seguintes condições: (...) conheçam o português ou uma língua moçambicana.”

Fonte: Constituição da República de Moçambique (2004)

O que se observa no quadro 2 é o domínio do português por meio da oficialidade (Art. 10º) e a inferiorização das línguas autóctones que são chamadas de “nacionais” (Art. 9º) apenas, como se o português não fosse também uma língua nacional; atualmente ele conta com cerca de 16,5% de falantes como língua materna e 60,3% como segunda língua. Entendemos que o português é uma língua nacional de origem europeia. A Constituição (de 2004) não cita os nomes das línguas autóctones como se não tivessem nomes. A Constituição nem estabelece algum poder superior para as línguas que pertencem ao ambiente ecológico moçambicano. O Art. 9º fala da promoção e utilização, algo que ainda não está sendo colocado em prática por parte das políticas do Estado e muito menos dos Governos desde 1975. Quer dizer, 45 anos após a independência continuamos sem políticas linguísticas direcionadas às demais línguas locais.

A política de adoção do português como a única língua oficial revela claramente a falta de interesse dos políticos pela ecologia linguística. Entendamos por ecologia linguística como o “estudo das relações entre língua e questões ecológicas, tais como diversidade, problemas ambientais” (COUTO, 2007, p. 42). O ambiente natural das línguas bantu se encontra contaminado, especialmente pelas interferências tanto das línguas bantu quanto do português, que procura se sobrepor às línguas autóctones. De acordo com Hamel (2010, p.5)

As línguas do mundo distribuem-se por espaço e por função e estabelece-se uma hierarquia entre os tipos de línguas, a nível macrossocial. As funções que as línguas desempenham para cada indivíduo e cada grupo no nível microssocial podem ser organizadas em uma tipologia que vai das funções mais imediatas às mais mediatas.

ECO-REBEL

Desde que não haja pressões e invasões de domínio, um sistema multilíngue pode ser relativamente estável.

Os argumentos de Hamel mostram que cada língua natural foi criada/adotada por uma comunidade de fala e essa língua passa a ser parte da cultura e estabelece interação entre os membros do território em que os falantes convivem (COUTO, 2007). As construções dos significados por parte da comunidade são relevantes porque são elas que criam estratégias individuais e coletivas de comunicação. É no nível microssocial que a comunidade determina como a língua deve ser usada e em quais circunstâncias. Mas há dois lados importantes, o primeiro é a decisão feita pela comunidade e o segundo é a decisão feita pelos políticos. O português continua não sendo a língua de consenso entre moçambicanos. O mesmo acontece na francofonia africana onde não há unanimidade, tal como ilustram os estudos de Lechevrel (2010), Mufwene & Vigouroux (2012), Pallotti (2002) e Paveau (2013).

Há que realçar que não há nenhuma intenção de diabolizar o português. É uma língua importante na comunicação entre moçambicanos de etnias diferentes e na comunicação com o mundo. O que estamos defendendo é colocar o português em pé de igualdade com as diversas línguas bantu para permitir que haja equilíbrio ecossistêmico. O que estamos defendendo é a oficialização das línguas locais para que a ecologia linguística se mantenha, pois não existe uma língua superior a outra. O contrário seria um desequilíbrio ecossistêmico.

A decisão do ensino de uma língua estrangeira (ORI, 2022), assim como a metodologia de ensino poderia envolver a linguística ecossistêmica porque uma língua estrangeira está desconectada do meio ambiente natural. A decisão sobre a variedade a ensinar envolve a ecologia sociolinguística (LEONARD, 2017), porque apesar de ser língua estrangeira é possível ser ensinada uma variedade específica. O estudo do plurilinguismo envolve a ecolinguística, que é “uma disciplina linguística relativamente nova, segundo a qual as línguas são entidades vivas, essenciais à vida e à sobrevivência do ecossistema sociocultural universal” (NTAKIRUTIMANA E KABANO, 2013, p. 116).

Na releitura dos estudos de Boudreau, Dubois, Maurais & Connel (2011), de Calvet (1999), de Couto (2021) e de Ehrhart (2012) observa-se que a ecologia linguística é muito mais do que podemos pensar. Exige estudos aprofundados para que se possa explorar as sutilidades que envolvem o meio ambiente natural, mental e social em que a língua está envolvida. Os contatos linguísticos, as questões das normas e dialetos são de suma importância e exigem do pesquisador uma atenção mais aguçada. Entendemos que o contato linguístico não é pacífico porque se trata de uma língua invadindo o ecossistema natural de outra. Ehrhart (2012) mostra os contatos das línguas da Nova Caledônia, das Ilhas Reunião no Oceano Índico, assim como formação dos crioulos, são resultantes dos contatos plurilíngues. A formação de um crioulo é a formação de um novo ecossistema linguístico que busca a sua identidade e acomodação próprias.

Couto (1994) estudou o crioulo português da Guiné-Bissau e confrontou debates que defendiam que o crioulo guineense tenha sido criado a partir do crioulo caboverdiano de Sotavento. Essas hipóteses comprovam a ideia de que a ecologia da interação comunicativa não é pacífica porque implica a invasão do ecossistema natural. A formação do crioulo resultou da evasão do território e da interferência da ecologia do contato de línguas. A criouliização do português na Costa Ocidental africana constituiu num primeiro momento a violação do ecossistema linguístico porque naquele território já havia línguas faladas por diversos povos: os balanta, os manjaco, os papel, bijagó etc. Veja-se que antes de ser crioulo, primeiro passa por um processo de pidginização. Em cada uma dessas passagens há novas mutações que passam pela relexificação, regramaticalização até chegar à estabilização (COUTO, 2007). Por essa razão Lechevrel (2014, p. 4) argumenta que

o contato linguístico e as mudanças populacionais no território podem ter levado a novos dialetos ou a novas línguas porque cada indivíduo carrega consigo traços não linguísticos fixos, abstratos e representativos de uma linguagem fictícia ideal. As atividades linguísticas são realizadas pela comunidade de fala. Vejamos a seguir, o que é uma comunidade de fala. Daí a relevância da análise profunda do meio ambiente natural, meio ambiente mental e meio ambiente social.

2. Analisando o conceito de Comunidade de fala na perspectiva ecolinguística

De acordo com Couto (2016, p. 52) a comunidade de fala é um ecossistema linguístico constituído por um território geralmente de pequenas proporções, em que os atos de interação comunicativa entre seus membros se dão com relativa frequência. Essa comunidade pode ser uma comunidade de fala mínima. Ela seria equivalente à célula. É esta comunidade que carrega traços socioculturais e ambientais próprios daquele lugar. A comunidade de fala precisa de ecossistemas para viver e sobreviver porque é na ecologia da interação comunicativa que encontramos significados. Para que isso aconteça basta ter “a) o cenário; b) falante e ouvinte; c) regras interacionais e regras sistêmicas; e) circunstâncias, ou seja, aquilo/aquela(s) de que o falante fala e/ou está/estão com o ele, e aquilo/aqueles(s) que está/estão com o ouvinte e/ou de que fala” (COUTO, 2016, p. 233). A seguir levantarei algumas discussões embasadas nas crenças e nas tradições das comunidades bantu. É muito importante que façamos essas discussões para comprovar que a comunidade de fala se liga a um território, interagindo entre si com uso de uma língua. Para a ecolinguística, a língua não é um “instrumento” de comunicação, mas sim a própria comunicação (COUTO, 2016, 2021).

Nas crenças aos antepassados se valoriza a árvore, pois é onde os antepassados são acomodados, de acordo com a tradição. Não se deve derrubar uma árvore sem motivo maior, nem se mata um animal selvagem/da natureza por razões esportivas ou de lazer. Normalmente se derruba e mata por razões muito bem justificadas. Isso corresponde ao respeito pela natureza. Há árvores que não se pode derrubar mesmo por necessidade justa. Normalmente, é a árvore mais frondosa e alta no centro do quintal da família. As orações são feitas na árvore, dialogando com os antepassados por meio de uma língua. Não há oração sem que haja alguma língua. A oração é expressa por meio de uma língua. O baobá, por exemplo, é uma planta que ocorre nas savanas africanas. As folhas e os frutos quando caem tem algum significado. As características do tronco e das raízes carregam informações interpretáveis dentro da comunidade de fala. As pessoas sabem interpretar esses fenômenos ligados à natureza. O baobá, por exemplo, é uma árvore considerada o símbolo de fertilidade, da fartura e da cura. É uma árvore de grande significado cultural.

As pessoas se comunicam com as plantas, ou o contrário, as plantas se comunicam com as pessoas. Em algumas culturas, como as do grupo bantu, uma planta oferece informações sobre o meio ambiente, sobre o estado de tempo, sobre a aproximação ou afastamento da estação seca ou chuvosa, sobre produção ou aproximação do período seco na região etc. Os animais (noturnos e diurnos) também conseguem manifestar sinais da natureza e podem servir de alerta para os seres humanos. É importante conhecer os códigos que estabelecem a comunicação entre os animais, plantas e os humanos. É a comunidade de fala que deve ensinar a decifração desses códigos

O uso da língua não depende da fala, da escrita ou do sinal. De boca fechada, sem mexer os lábios é possível utilizá-la. Para se comunicar não precisa que haja uma segunda pessoa, o interlocutor. A depender da cultura é possível se comunicar com animais, plantas ou ainda seres inanimados. Os exemplos de Couto (2021) extraídos da Região de Major Porto mostram como a comunicação entre homem e os animais domésticos é permanente e exige o domínio da cultura e tradição local. Em muitos momentos, atribuir um nome a um lugar, a um objeto ou fenômeno é uma forma de manter a comunicação. É com nome que podemos lembrá-lo, referenciá-lo ou ainda

ECO-REBEL

evocá-lo. Atribuímos nomes a situações, coisas ou entidades jamais vistos ou sentidos, tudo isso para manter vínculo e comunicação.

Os nomes de rios, lagos, montanhas são atribuídos pelo poder local (comunidade de fala). É o poder local que se comunica com a natureza e com os antepassados da decisão de atribuição de nomes. O poder local é a autoridade mais importante porque antecede o Estado. O poder da autoridade tradicional manifesta a autonomia da comunidade local. O poder da autoridade tradicional funciona no plano jurídico-público, ou seja, se ergue como um verdadeiro poder público. Quem orienta a comunidade de fala é o líder comunitário chamado régulo em Moçambique ou soba em Angola. Segundo Aço (2012), o poder local é poder político originário ou derivado exercido, nos termos da lei, a nível das comunidades locais através de órgãos descentralizados, de instituições organizativas tradicionais e de outras formas de participação democrática das populações visando a satisfação dos interesses próprios, tendo como principais elementos as autarquias, as autoridades tradicionais e as outras formas de participação dos cidadãos. O autor realça que este poder é entendido como administrativo e tradicional exercido com base na lei e tradição ao nível das comunidades e circunscrições administrativas definidas pela lei, de acordo com as entidades que visam a persecução dos interesses coletivos.

É na comunidade de fala que se materializa o poder local, estabelecendo política linguística e planeamento. Os membros da comunidade sabem qual língua usar e em quais contextos deve ser usada. As estratégias discursivas são aprendidas no seio da comunidade podendo ser punido aquele(a) que as infligir. Por exemplo, o casamento tradicional na região Sul de Moçambique é chamado de *lovolo* (BAGNOL, 2008), mais comumente chamado pela comunidade de “pedir água” (*ku kombela mati*). Enquanto para a cultura brasileira se fala em “pedir a mão em casamento”, o mesmo ato é conhecido como *ku kombela mati*. A simbologia “água” neste ato tradicional simboliza a pureza, a vida, a proteção, a procriação. Estes são adjetivos que são atribuídos à noiva. Significa que a mensagem não pode ser direta, são códigos legalmente instituídos que a comunidade respeita em momentos de cerimônias desse tipo. A água está no meio ambiente e é por meio dela que animais e plantas precisam para a sua sobrevivência. A imagem e os significados que se atribuem à água são dados à mulher.

Outro exemplo ocorre quando a noiva estiver grávida antes de *lobolo*, a família do noivo deve anunciar da seguinte maneira: “partimos as patas” (*hi tsovi nengue*) ou “saltamos o muro” (*hi tlulile xitlangu*). Quando a família do noivo se despede após o *lovolo* deve dizer: “batemos as palmas” (*hiba mandla/mavoco*). O uso desses termos, o uso desta estratégia discursiva tem uma função social muito profunda dentro da comunidade de fala. O mais importante é que entre as famílias da noiva e do noivo se usam estratégias comunicativas mais complexas, iminterpretáveis dentro do grupo. Em outras palavras, há comunhão na interação entre membros da comunidade de fala.

A morte nas tradições bantu é tabu. A linguagem utilizada é subjetiva, justamente para não atrair mais azar ou maldade para a família. Por exemplo: *Mungana werhu a hi siyile* (o nosso amigo nos deixou). O significado da morte se relaciona a uma viagem, uma ida e não um desaparecimento definitivo. *Ku siya* (deixar) carrega sentidos semânticos que justificam o regresso. Há provérbio que diz que “o que vai, volta sempre”.

Cada língua se articula dentro do seu contexto e não existe uma língua natural incapaz, limitada que não consiga satisfazer seus falantes. Os estudos de Ntakirutimana & Kabano (2013) mostram que com o advento da linguística moderna, a tendência de priorizar determinadas línguas perdeu terreno: para os linguistas contemporâneos, todos os dialetos são objetos cientificamente interessantes, dignos de interesse porque são capazes de revelar novas estruturas linguísticas, confirmam a existência de estruturas linguísticas raras, ou permitem uma generalização de certos

princípios linguísticos (NTAKIRUTIMANA, KABANO (2013, p. 120). Isso mostra como a língua é viva e mora no seio da sociedade. A essas relações entre o meio ambiente físico e o homem inserido na sociedade que se impregnam na cultura Paveau (2013) chama de linguística simétrica. Existe sim uma relação entre o homem, o meio, a cultura e a língua. Há um diálogo permanente de relações de funcionalidade, uma dependendo da outra.

Cabe ao homem a nomeação das plantas, a nomeação dos lugares, dos rios, do relevo e de todos os seres presentes no meio ambiente. A atribuição do nome interessa ao homem e não ao próprio animal ou a própria planta. O homem interfere no meio ambiente o tempo todo porque dele depende e não o contrário. p₁ p₂

A comunicação é normalmente bidirecional. Ela vai de uma pessoa (p₁) a outra (p₂), ou vice-versa, de modo sucessivo, como se vê no fluxo interlocucional do diálogo. A comunhão também pode ser bilateral, como no diálogo, já que ela é prerequisite para sua eficácia. (COUTO, 2021, p. 51).

A ecologia é o ramo da biologia que estuda as inter-relações dinâmicas entre os seres vivos e o meio onde vivem. O ecossistema é o conjunto formado por todas as comunidades que vivem e interagem em determinada região que inclui os integrantes da raça humana, da fauna e da flora. O ecossistema é um conjunto formado por uma população de organismos que agem entre si e com o meio ambiente (NENOKI DO COUTO; FERNANDES, 2013; COUTO, 2017). E a cultura ambiental é um conjunto de práticas comuns relativas aos ser humano e o ambiente em que está envolvido (TIMBANE, 2022).

A seção que segue levantará debates de caráter bibliográfico e documental. Uma pesquisa bibliográfica se embasa e discute os teóricos mais relevantes sobre discussões da temática. A pesquisa documental analisa documentos legais cujo intuito é entender o fenômeno em estudo.

3. Geomorfologia e a hidronímia ecolinguística em Moçambique: a questão nome e sua relação com o meio ambiente

A geomorfologia é uma área das ciências da terra responsável pelo estudo das formas superficiais de relevo, tanto em suas fisionomias atuais quanto em seu processo geológico e histórico de formação e transformação. A palavra geomorfologia é formada por ‘geo’, que significa terra, ‘morfo’, que significa “forma”, e ‘logia’ que significa estudo. A geomorfologia “trata das formas do relevo na superfície da terra, estudando suas propriedades geométricas, ou seja, a morfologia do relevo” (AFONSO, et al. 2014, p. 19). Esse campo do conhecimento é visto como uma área de intersecção entre duas diferentes ciências: a geografia e a geologia. Hoje podemos incluir o meio ambiente como área específica que nos ajuda a compreender aspectos geográficos e geológicos. De acordo com Bastos, Maia & Cordeiro (2015, p. 10),

O avanço do conhecimento geomorfológico deriva de concepções geológicas de meados do século XIX. Nessa época, já se registraram os primeiros estudos geomorfológicos elaborados por Alexandre Surret, que, em 1841, estabeleceu os princípios ou leis da morfologia fluvial (erosão regressiva ou remontante), Jean Louis Agassiz (morfologia glacial), Jukes (traçados dos rios), Andrew Ramsay e Grove Karl Gilbert (aplainamento elaborado pelos rios) e John Wesley Powell e Clarence Eduard Dutton (ritmo de arraste de sedimentação).

Muitas formações geológicas são influenciadas pelo meio ambiente, tanto para degradação (erosão), curso e percurso, quanto para a manutenção. Por isso, há uma relação intrínseca entre o

estudo da geomorfologia e o do meio ambiente. Araújo (2018, p. 10) argumenta que a geomorfologia “exerce um papel fundamental ao subsidiar o planejamento territorial atrelado à área ambiental e a projetos ligados às atividades econômicas, assim como ao contribuir para os estudos de recuperação de áreas degradadas.” Estes aspectos se relacionam com o meio ambiente.

A geomorfologia interage com o curso de água, com as plantas e os animais de um determinado território, interage com o solo, a direção dos ventos enfim com um ecossistema mais amplo. A existência de montes mais altos ou a existência de uma planície estará relacionada ao tipo de animal ou planta que se encontra naquele lugar. As mudanças de estado de tempo estão em muitos momentos ligados às condições de relevo e de meio ambiente. Estudos de Araújo & Andrade (2011), Moneche (2009), Meireles (2014) entre outros são unânimes em afirmar que todas as formas de relevo, as rochas, os solos estão em constante processo de evolução e modificação, mas também estabelecendo relações com os seres vivos e o meio ambiente. A interação de todos esses elementos garantem a beleza esculpida pela ação da natureza.

Outro conceito importante a definir é a hidronímia. Ela se refere a um rio ou a um curso de água que depende em muitos momentos da disposição do relevo, portanto, a geomorfologia. Ela realiza estudos sobre os nomes de rios e outros cursos de água. Por outro lado, a toponímia é a divisão da onomástica que estuda os topônimos, ou seja, nomes próprios de lugares, sua origem e evolução, bem como a etimologia (origem e significado) dos topônimos (NGUNGA, 2021). A toponímia é uma área de estudos científicos que se interessa pelo estudo da procedência da significação dos nomes dos lugares, levando em consideração aspectos geo-históricos, socioeconômicos e antropolinguísticos que tenham influenciado sua escolha (Sousa, 2008).

Sobre a nomeação Baldez e Silva & Moraes (2015) dizem que o estudo da nomeação de seres, coisas, animais e lugares é interdisciplinar, pois leva em consideração os elementos de natureza física, que é a relação do homem com o ambiente em que vive e os de natureza antropocultural, que são os elementos de ordem sócio-histórica e cultural, abrangendo diversas áreas do conhecimento, como por exemplo, a história, a linguística e a antropologia.

A significação do nome “exerce uma grande influência sobre aquele que o traz e também sobre os outros” (CUNHA, 2004, p. 224). Segundo Alves (2017, p. 46), “o nome assume a função de porta-voz, ele comunica e conecta pessoas e empresas, estabelecendo uma relação na qual as missões e os valores da empresa são associados a princípios e ideologias individuais e coletivas”. De acordo com a Lei nº 2/2014 (MOÇAMBIQUE) os critérios gerais para atribuição de nomes são: primeiro, a criação ou a alteração de topônimos é feita considerando as seguintes temáticas: a) desporto, ciência, cultura, arte, usos e costumes; b) unidades territoriais nacionais e estrangeiras; c) riqueza nacional e valores; d) acidentes geográficos; e) factos e datas históricos; f) cidadãos nacionais e estrangeiros, que se notabilizaram na luta de libertação nacional, nas áreas de história, desporto, ciência, cultura, ensino, produção, política social, economia, academia e da religião; segundo, quando se trata de nomes de pessoas físicas vivas, as qualidades e os feitos por que são mencionados, devem ser, em princípio, irrefutáveis e historicamente irreversíveis.

A Lei nº 2/2014 (MOÇAMBIQUE, Art. 6º) diz que “compete à Assembleia Provincial, sob proposta do Governo Provincial: a) atribuir e alterar topónimos de infra-estruturas de dimensão distrital; b) atribuir e alterar topónimos de acidentes geográficos de nível distrital e provincial.” Um nome não é atribuído por acaso. Segundo Baldez, Silva & Morais (2015), trata-se de “nomeação dos topônimos: memória e história em confronto entre o passado e presente.” De acordo com Ngunga (2021, p. 47) quando os portugueses chegaram em Moçambique no século XV

ECO-REBEL

encontraram uma realidade, encontraram céu, mar, pessoas e terra com todos os acidentes geográficos hoje por todos conhecidos. A terra, os territórios e seus conteúdos tinham seus nomes de acordo com as várias línguas das pessoas que ali (e muitos deles ainda vivem, mesmo que mortos!), como testemunham hoje.

Sem respeitar a originalidade dos nomes originais, o governo português colocou seus nomes de origem portuguesa que não tinham nada a ver com a realidade da comunidade de fala. Houve uma mudança de nomes de lugares por pressão colonial, tal como se observou na pesquisa de Ngunga (2021)

Quadro 3: Nomes portugueses ao invés de nomes originais, das línguas locais

Nome de lugares atribuído pelo Governo Português	Nomes de lugares atribuídos pela comunidade local antes da colonização
Porto Amélia	Pemba
Vila Cabral	Lichinga
Vila Junqueiro	Gurué
Vila Coutinho	Ulongwe
Vila Gouveia	Catandica
Vila Pery	Chimoio
Vila Paiva de Andrada	Gorongosa
Vila João Belo	Xai-Xai
Vila Luísa	Marracuene
Salazar	Matola

Fonte: Ngunga (2021, p. 54)

Como se pode ver, houve uma tentativa deliberada de apagamento dos nomes originais atribuídos pelos povos locais e baseados nas línguas locais. Se a ecologia fundamental da língua é composta por uma língua, um povo e um território (COUTO, 2007; COUTO et al., 2016) como é que houve uma imposição de nomes que não estão intimamente ligados à comunidade de fala. Por vezes, foram adulterados os nomes de locais originais. Ngunga (2021) cita exemplos de: Mukwampa (Cuamba), Makoloje (Macaloge), Ntipwehi (Montepuez), Angoci (Angoche), Ulongwe (Ulongue), Guruwe (Guruè), Katandika (Catandica), Gorongosi (Gorongosa), Matshitshi (Maxixe), Chokwè (KaXokwe), Murakweni (Marracuene), Mfumu (KaMpfumu). Se a linguística ecossistêmica é o estudo das interações comunicativas que se dão no interior do ecossistema linguístico (COUTO, 2016b), então a intenção colonial foi a de agredir o ecossistema linguístico moçambicano buscando trazer realidades europeias que não fazem sentido para a realidade moçambicana. Não há interação entre população local e os nomes vindos da Europa. O quadro 4 mostra os nomes de montes que se ligam as línguas e ao significado das comunidades.

ECO-REBEL

Quadro 4: Nomes de montes e seus significados

Nome do Monte	Significado	Origem Linguística
Bengo	Assemelha-se a cabeça de um velho deitado de costa	chitonga
Kalinga muntse	Tipo pilador/semelhante a pilador	chitonga
Djamulamonde	Mama da vaca	chitonga
Chinhamapere	Que tem lepra	shona
Binga	Árvore com folhagem densa; casa do líder da aldeia/comunidade	shona

Fonte: Dados da pesquisa

Algumas montanhas, como o monte Binga, se localizam em dois ou mais países. O Monte Binga é o ponto mais alto de Moçambique e o segundo mais alto do Zimbabwe, com uma altitude de cerca de 2.436m. Está localizado no maciço de Chimanimani, sobre a fronteira Moçambique-Zimbabwe, a oeste da cidade-capital da província de Manica, Chimoio. Acontece que uma montanha pode ter vários nomes, a depender das fronteiras e línguas das comunidades com que fazem fronteira.

Quadro 5: Os nomes de rios e seus significados

Nome dos rios	Significado	Origem linguística
Púnguè	Passar toda noite acordado realizando alguma atividade; Passar a noite trabalhando	chimanyika
Messica	Aquele que é O criador	shona
Mzunduzi	Que agita a água	chitonga
Muerera	Que corre	chimanyika
Mariondo	Que organiza	chimanyika
Rotanda	Troncos ou defesa	chimanyika
Mudzira	Veias	chimanyika
Incomati	O nome é originalmente escrito Komati derivado de inkomati, que significa "vaca", pois sua natureza perene é comparada a uma vaca que sempre tem leite.	icizulu
Limpopo	Água que corre em cascata	icisotho
zambeze	O Zambeze é o quarto rio mais longo da África, depois dos rios Nilo, Congo e Níger. É o maior rio que flui para o leste na África. O nome Zambeze vem da frase de Tonga “Kasambabezi”, que significa “só quem sabe pode nadar ou tomar banho”.	chitonga

Fonte: Dados da pesquisa

O que se observa nos nomes dos lagos é diferente dos rios porque os rios recebem o nome na língua onde fonte se encontra, isto é, recebe o nome nas línguas dos povos onde esses rios nascem. Sabe-se que muitos rios de Moçambique nascem nos países vizinhos e apenas passam do

território de Moçambique rumo ao Oceano Índico. Em muitos momentos, os rios já chegam no território de Moçambique já com o nome dado na origem.

O Município da Cidade de Maputo (Ex-Lourenço Marques) renomeou os distritos do município atribuindo nomes originais da história daquele território. Por exemplo: KaMpfumu, kaNlhamankuku, kaMaxakeni, KaMavota, kaMubukwana, kaTembe, kaNyaka. O prefixo ka-marcado em cada nome do distrito significa “casa de/dos” (família). O próprio nome se refere a uma comunidade de fala caracterizado pelo domínio do chefe do clã daquela região. Portanto Mpfunu, Tembe, Mavota Nyaka, Maxakeni são sobrenomes dos régulos mais importantes daqueles locais e a região acabou herdando seus respectivos sobrenomes. Aqui identificamos as relações entre território, língua e povo.

O Lago Niassa é compartilhado por Moçambique, Malawi e Tanzânia. Enquanto em Moçambique deu-se o nome Niassa ao lago, em Malawi ele recebe o nome de Lago Malawi (Lake Malawi); na Tanzânia ele é chamado de Lago Nyasa (*Lake Nyasa*). Portanto, um lago, as mesmas águas, mas com nomes diferentes em cada país. Qual é a razão dessa diferença? É que cada comunidade linguística estabelece uma relação íntima com o lago havendo necessidade de atribuir nome para efeito sociocultural.

Considerações finais

Iniciamos as considerações finais citando Ngunga (2021, p. 58), quando apela para que a geração de hoje não tenha o direito de ser egoísta. Segundo Ngunga há obrigação de sermos solidários para com as gerações vindouras a quem devemos deixar como legado um país com uma identidade linguística, reforçando a relevância da Lei nº 2/2014, de 22 de maio, que orienta como os topônimos devem ser atribuídos aos vários lugares de Moçambique.

Conclui-se que os nomes de montes e rios de Moçambique estabelecem uma intrínseca relação com as línguas do território em que as populações falam essas línguas. Para o caso dos rios se observa que os nomes usados são os que foram atribuídos no local onde o rio brota. Então o percurso do rio mantém o nome na língua do local onde o rio nasce. A geomorfologia e a hidronímia moçambicana carregam elementos que estabelecem as relações entre a língua, povo e território numa simbiose que marca a identidade dos povos falantes das diferentes línguas bantu.

As línguas bantu são as que mais contribuem com nomes na geomorfologia, toponímia e hidronímia de Moçambique. A atribuição do nome a montanhas é mais complexa ainda porque depende da consulta aos antepassados. As tradições bantu exigem que haja consulta sobre qual nome atribuir a um lugar, uma montanha. A responsabilidade dessa ação é do líder comunitário (régulo), aquele que representa o grupo social.

A geomorfologia e a hidronímia ecolinguística em contexto de Moçambique se liga ao meio ambiente, estabelecendo contraponto entre povo, língua e território. Diferentemente do Brasil (que conservou os nomes indígenas), em Moçambique houve uma tendência colonial de mudar os nomes para nomes ligados a Portugal. Muitos desses nomes permaneceram, outros foram substituídos por nomes africanos graças a decretos que foram criados com intuito de valorizar a cultura e as tradições locais.

As fronteiras linguísticas são diferentes das fronteiras políticas, por isso muitas línguas faladas em Moçambique também são faladas nos países vizinhos. As línguas autóctones têm poder, carregam elementos essenciais para a identidade, embora a oficialidade faça com que o português tenha mais prestígio social. Discutiram-se os conceitos de geomorfologia, hidronímia, analisou-se a formação de nomes de rios e montes em contexto de Moçambique. Ainda nesta pesquisa debateram-se as relações entre a formação do nome e suas relações com o ambiente em que os seres humanos estão inseridos. Leonard sugere o uso do nome “sociolinguística dinâmica”, ou de

ECO-REBEL

“sociolinguística situada”, ou mesmo de “sociolinguística complexionista” para designar as relações entre a língua e o povo. Também “é necessário distinguir ecolinguística da ecologia das línguas, embora os dois termos sejam frequentemente confundidos ou usados como equivalentes” (LEONARD, 2017, p. 269).

Referências

AÇO, S. Experiência histórica do poder local em Angola. *IV semana social Nacional “Democracia e Participação”*. 2012. Disponível em: <http://googleescolar.com/media/users/7/399161/files/23110/Poder_local_angoladoc.docx>.

AFONSO, Anice et al. *Geomorfologia Geral*. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2014.

ALVES, Maria José. *A formação de nomes comerciais nas cidades de Palmas (TO) e de Catalão (GO): questões de identidade linguística e cultural*. Dissertação, Universidade Federal de Goiás. Catalão, 2017.

ARAUJO, Hélio Mário de; ANDRADE, Ana Cláudia da Silva. *Geomorfologia estrutural*. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe. CESAD, 2011.

ARAUJO, Paulo Coelho. *Geomorfologia*. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional, S.A. 2018.

BAGNOL, Brigitte. Lovolo e espíritos no Sul de Moçambique. *Análise Social*, vol. XLIII (2º), p. 251-272, 2008.

BALDEZ e SILVA, Teresinha de J.; MORAES, Pedro H. V. de. A nomeação dos topônimos: memória e história em confronto entre o passado e presente. *Littera Online*. vol. 6, n. 10, 2015.

BASTOS, Frederico de Holanda; MAIA, Rubson Nunes; CORDEIRO, Abner Monteiro Nunes. *Geomorfologia*. Fortaleza: EdUECE, 2015.

BOUDREAU, Annette; DUBOIS, Lise; MAURAS, Jacques, CONNEL, Grant Mc. *Ecologie des langues*. Paris: L’Harmattan, 2011.

CALVET, Louis-Jean. *Pour une écologie des langues du monde*. Paris: Plon, 1999.

COUTO, Hildo Honório do. *O crioulo português da Guiné-Bissau*. Hamburg: Helmut Buske Verlag, 1994.

_____. *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus, 2007.

_____. Comunidade de fala revisitada *Ecolinguística: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem*, vol. 2, n. 2, p. 49-72, 2016.

<https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/9690/8558>

ECO-REBEL

_____. Linguística ecossistêmica. In: COUTO et al. (org.). *O paradigma ecológico para as ciências da linguagem: ensaios ecolinguísticos clássicos e contemporâneos*. Goiânia: Ed. UFG, p. 209-262, 2016.

_____. Linguística ecossistêmica: um novo modo de estudar os fenômenos da linguagem. In: NENOKI do COUTO, et al. (org.). *Linguística ecossistêmica: 10 anos de ecolinguística no Brasil*. Campinas: Pontes, p. 21-44, 2017a.

_____. Mapa mental. *Ecolinguística: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem*, Brasília, vol. 3, n. 1, p. 205-226, 2017b.

<https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/10482/9235>

_____. *A linguagem rural da região de Major Porto, Município de Patos de Minas (MG): uma visão linguístico-ecossistêmica*. Campinas: Pontes Editora, 2021.

CUNHA, Celso. *Sob a pele das palavras*. Rio de Janeiro: ABL, 2004.

EHRHART, Sabine. *L'écologie dans les langues de contact*. Paris: L'Harmattan, 2012.

HAMEL, Rainer Enrique. L'aménagement linguistique et la globalisation des langues du monde. *Télescope*, vol. 16, n. 3, p. 1-21, 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA. *Resultados do recenseamento geral da população*, Maputo: INE, 2017

LECHEVREL, Nadège. L'écologie du langage d'Einar Haugen. *Histoire Epistémologie Langage*. Sciences du langage et psychologie à la charnière des 19e et 20e siècles, vol.32, n. 2, p. 151-166, 2010.

_____. Linguistiques d'intervention: les dimensions socio-politiques de la linguistique écologique. Dossiers d'HEL. Linguistiques d'intervention. Des usages socio-politiques des savoirs sur le langage et les langues, p.1-8, 2014.

LÉONARD, Jean Léo. Écologie (socio)linguistique : évolution, élaboration et variation. *Langage & Société*. p.267-282 nos 160-161, 2017.

MEIRELES, Antônio Jeovah de A. *Geomorfologia costeira: funções ambientais e sociais*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

MOÇAMBIQUE. *Constituição da República*. Maputo: Assembleia da República, 2004.

MOÇAMBIQUE. *Decreto-Lei no 14/76, de 15 de Abril*. Boletim da República. I Série. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, E. P. 1976.

MONECHE, Mairon Subtil de Faria. *A perspectiva geomorfológica: ambiental, subsídios a análise* 84p. 2009. Universidade Federal do Espírito Santo Centro de Ciências Humanas e Naturais Departamento Geografia, Vitória, 2009.

ECO-REBEL

MUFWENE, Salikoko S.; VIGOUROUX, Cécile B. Individuals, Populations, and Timespace: Perspectives on the Ecology of Language. *Cahiers de Linguistique: Revue de sociolinguistique et de sociologie de la langue française*, v. 38, n. 2, p. 111-138, 2012.

NENOKI DO COUTO, Elza Kioko Nakayama et al. *Linguística ecossistêmica: 10 anos de ecolinguística no Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 2017.

NGUNGA, Armindo. A toponímia e a diversidade linguística em Moçambique. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.1, nº 1, p.38-62, jan./jun. 2021.

NGUNGA, Armindo; FAQUIR, Armindo G. *Padronização da ortografia de línguas moçambicanas: relatório do III seminário*. Maputo: CEA, 2011.

NTAKIRUTIMANA, Jean B.; KABANO, Alphonse. Pour une approche écolinguistique du plurilinguisme dans la zone CEPGL-EAC. *Synergies: Afrique des Grands Lacs*. nº 2, p.113-132, 2013.

ORI, Julia. Pour une vraie transversalité de l'enseignement de l'écologie en classe de FLE. *Anales de Filología Francesa*, nº 30, p.309-332, 2022.

PALLOTTI, Gabriele. La classe dans une perspective écologique de l'acquisition. In: COSTE, Daniel. (eds.). *L'acquisition en classe de langue*. nº16, p.165-197, 2002.

PAVEAU, Marie-Anne. Technodiscursivités natives sur Twitter. « Technodiscursivités natives sur Twitter. Une écologie du discours numérique », dans Liénard, F. (2013, coord.) *Culture, identity and digital writing, Epistémè 9*, Revue internationale de sciences humaines et sociales appliquées, Séoul : Université Korea, Center for Applied Cultural Studies, p. 139-176.

PORTUGAL. *Decreto-Lei nº39.666, de 20 de maio de 1954*. Estatuto dos indígenas portugueses das províncias da Guiné, Angola e Moçambique. Lisboa: Governo.

SOUSA, Alexandre Melo de. Etnotoponímia acreana: reflexos da cultura nordestina em nomes de seringais. *Recorte*. Ano 5, n. 8, s.p. jan.-jun.2008.

TIMBANE, Alexandre António. A etnotoponímia dos nomes dos distritos das províncias de Gaza e Maputo: uma análise da identidade ecolinguística. In: NHAMPOCA, Ezra Alberto Chambal; PONSO, Letícia Cao (org.). *Pesquisa e ensino em línguas moçambicanas: um tributo a Bento Sítio*. Maputo: Gala-Gala, 2022, p.130-155.

_____. *A variação e a mudança lexical da língua portuguesa em Moçambique*. (Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2013).

TIMBANE, Alexandre António; ANDRADE, Cardoso. As variedades do português na lusofonia: o português moçambicano. in: JORGE, Wellington Júnior (Org.). *Novos olhares para a linguística e literatura*. Maringá: Uniedusul, 2019. p.5-18.

ECO-REBEL

TIMBANE, Alexandre António; BERLINCK, Rosane de Andrade. A influência da língua portuguesa nas línguas bantu faladas em Moçambique: o caso da língua xichangana. *InterDISCIPLINARY Journal of Portuguese Diaspora Studies*. vol.8, p.105-125, 2019.

ANEXO

Foto 1: Cerimônia de Inauguração da Praça da Moeda, Cidade da Beira, Moçambique



Fonte: Facebook Oficial do Conselho Municipal da Beira, 09/12/2020.

Aceito em 30 de junho de 2023.

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), V. 9, N. 2, 2023.